



**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Muito bom dia, senhoras e senhores. Peço desculpas pelo atraso, pois estávamos em uma reunião desde às 8h da manhã. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário deputado Pedro Kemp, para fazer a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. *"Ata da Décima Segunda Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Quatorze da Décima Primeira Sessão Ordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 205/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 49/2024, da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 537, 538, 540 e 541/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande; Ofício nº 23/2024, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande; Ofício nº 556/24 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande; Ofício nº 34/2024, da Câmara Municipal de Coxim; Cartas nºs 55, 74 e 78/2024, da Energisa de Mato Grosso do Sul. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Caravina, Junior Mochi, Roberto Hashioka, Professor Rinaldo, Pedro Kemp, Lidio Lopes, Gleice Jane e Renato Câmara. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Zeca do PT, Paulo Corrêa, Mara Caseiro, Jamilson Name e Zé Teixeira. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Junior Mochi e Gleice Jane. O senhor presidente suspendeu a Sessão Ordinária, conforme o que dispõe a Resolução nº 001, de 23 de fevereiro de 2024, para a Concessão de Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao cardeal Ángel Fernández Artime. **ORDEM DO DIA** – Por acordo de líderes, os projetos pautados para hoje ficam para a próxima Sessão Ordinária. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, sete de março do ano de dois mil e vinte e quatro."* Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao deputado Paulo Duarte que faça a leitura do expediente.



PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) — Expediente da Sessão Ordinária do dia 12 de março de 2024: Mensagem nº 7/2024, do Poder Executivo, submetendo à aprovação desta Casa de Leis os seguintes convênios ICMS, Protocolo ICMS e Ajustes Sinief, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz); Ofício nº 168.0.073.0034/2024, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, encaminhando anteprojeto visando à modificação de dispositivo da Lei nº 3.310, de 14 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso do Sul (Prot. nº 00525/2024); Ofício nº 7/2024, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, encaminhando Celebração do Termo de Fomento Transferegov nº 950022/2023 (06/2023); Ofícios nºs 36 e 37/2024, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, respondendo às indicações do deputado Renato Câmara (Prot. nºs 6983, 6982/2023); Ofício nº 112/2024, da Caixa Econômica Federal, encaminhando distrato contratual; Ofício nº 0158888/33/004961/2023, da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Renato Câmara (Prot. nº 4513/2023); Ofício nº 1.863/2024, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Rafael Tavares (Prot. nº 5888/2023); Ofício nº 241/2024, da Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Lucas de Lima (Prot. nº 6751/2023); E-mail nº 8289/2023, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Zé Teixeira (Prot. nº 6179/2023). Está lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o nobre deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado de Mato Grosso do Sul, com cópias ao senhor Hélio Peluffo, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Lucas Centenaro Foroni, prefeito do município de Rio Brillhante, solicitando a destinação de recursos para obras de recapeamento nas seguintes ruas: Júlio Siqueira Maia; Sidnei Coelho Nogueira; Santo Antônio; Naur Alves Leite; Coronel Antônio Alves Correia; Manoel Bento; Fernando Corrêa da Costa; Presidente Vargas e José Candido Rocha. Justificativa: a proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada diretamente a este parlamentar pelo senhor Marcos Castro. Foram realizadas obras de esgoto em diversas ruas da cidade, um passo crucial para a melhoria da infraestrutura local. Contudo, foi observado que após a conclusão dessas obras, o asfalto foi cortado em várias dessas vias, deixando-as em condições precárias e gerando transtornos para os moradores e motoristas que transitam por ali diariamente. Diante desta situação, solicitamos a realização de um recapeamento nas ruas afetadas. Entendemos que as obras de esgoto eram necessárias e benéficas para a comunidade, mas é crucial que o processo de recuperação do asfalto seja igualmente prioritário. Também indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Hélio Peluffo, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, solicitando que seja realizada a pavimentação da MS-213, que liga o município de Sonora ao estado de Mato Grosso. Justificativa. A proposta em questão visa atender à solicitação

encaminhada a este parlamentar pela Câmara Municipal de Sonora. A MS-213 desempenha um papel vital na conectividade regional, facilitando o transporte de mercadorias, o deslocamento de residentes locais e o desenvolvimento econômico da região. Os moradores locais, empresas e agricultores que dependem da MS-213 enfrentam desafios consideráveis devido à falta de pavimentação, incluindo danos aos veículos, aumento nos custos operacionais e dificuldades no escoamento da produção. Diante dessas questões, pedimos que medidas sejam tomadas para a pavimentação imediata da MS-213. Compreendemos os desafios orçamentários e logísticos envolvidos, mas acreditamos que os benefícios em longo prazo superarão amplamente os custos iniciais. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Em respeito aos servidores aposentados que estão aqui presentes, a quem devemos satisfação, eu gostaria de dizer que nós tivemos há pouco uma reunião com os secretários de estado de Governo e de Administração e com o diretor-presidente da Ageprev. Essa reunião foi para que o presidente da Ageprev fizesse uma exposição sobre a situação financeira da previdência do estado. Então ainda não foi colocada nenhuma proposta para atender às reivindicações dos servidores nesta reunião, mas já foi combinada uma reunião da nossa comissão aqui da Casa. Eu, o deputado Caravina e o deputado Pedrossian Neto iremos representar os demais deputados, e vamos nos sentar com o governo, talvez hoje à tarde ou amanhã, para discutir propostas para resolver a situação dos aposentados. Eu quero dizer, do fundo do meu coração, aos aposentados que estão aqui: a Assembleia Legislativa, muito bem conduzida pelo nosso presidente Gerson Claro, está empenhada em resolver a situação, e vai apresentar uma proposta. Nós não vamos apenas escutar a proposta do governo, que talvez traga duas ou três, mas vamos também discutir uma proposta em cima do que vimos hoje quanto à situação da previdência e da situação financeira do estado, pois entendemos que é possível aliviá-la. Há pouco, presidente, ouvi o relato de algumas situações comoventes de alguns servidores em desespero, e é para esses que ganham os menores salários que nós temos que direcionar nossa atenção neste momento. É para todos, mas sabemos que a gente precisa ter um olhar especial para os menores salários. Então nós vamos discutir as propostas, e depois vamos nos sentar com a comissão dos servidores para chegar a um entendimento. Está certo? Contem com a Assembleia Legislativa, pois nós vamos estar junto com vocês. Senhor presidente, eu quero apresentar aqui uma indicação. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário do estado de Educação, solicitando medidas urgentes no sentido de melhorar a estrutura física e o mobiliário das escolas estaduais de Mato Grosso do Sul. Com o retorno das aulas da rede estadual, alunos e professores sentiram diversas dificuldades, principalmente nas escolas de tempo integral. Os principais registros são de falta de água gelada, quantidade insuficiente de bebedouros, falta de ventiladores e aparelhos de ar condicionado. Tenho também uma moção de congratulação ao doutor Roberto Gurgel de Oliveira Filho, delegado-geral da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul, pela publicação no Diário Oficial do Estado, da portaria DGPC/MS nº 210/21/02/2024, que disciplina a atuação dos servidores da Polícia Civil e estabelece normas, protocolos e

procedimentos relativos ao atendimento da população indígena vítima de infrações penais. Esta Casa de Leis parabeniza a iniciativa, que tem como objetivo padronizar e potencializar o atendimento da Polícia Civil aos povos indígenas, tendo em vista as especificidades étnicas, entre elas a cultura, a língua e o modo de viver, garantindo que seus direitos sejam preservados durante a investigação criminal. E, por último, uma moção de pesar ao Sindicato Intermunicipal dos Empregados Vinculados às Indústrias de Fabricação de Massa Alimentícias, Biscoitos, Macarrão, Panificação, Confeitaria, Laticínios, Frigoríficos, Abatedouros de Bovinos, Suínos, Ovinos, Aves, Carnes e Produtos Derivados, em razão do falecimento do senhor Hélio Ferreira da Silva, ocorrido no dia 6 de março de 2024. Era o que eu tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a nobre deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Antes de falar das indicações, vou pedir pela ordem, rapidamente. Bom dia, presidente Gerson Claro, colegas da Mesa Diretora, nobres parlamentares, público que nos acompanha neste Plenário, pela TV Assembleia e pelas nossas mídias sociais. Presidente, antes de eu trazer essas indicações, eu gostaria de apresentar duas moções de repúdio, que serão encaminhadas à Câmara de Vereadores do município de Naviraí e do município de Cassilândia, por algo muito triste que aconteceu justamente no mês da mulher. Semana passada, o presidente Gerson Claro nos proporcionou aqui uma cerimônia belíssima, mostrando o poder da mulher, porque o nosso lugar é onde a gente quiser, sim. Nós mulheres podemos tudo, e a política une esses espaços que nós precisamos ocupar. E por que eu digo isso? "Ah, é feminista! É mimimi!" Não! É importante que nós mulheres assumamos esse protagonismo em defesa dos nossos direitos. Nós tivemos dois casos deploráveis: no primeiro deles, a prefeita de Naviraí, Rhaiza Matos, foi agredida verbalmente, de uma forma totalmente ridícula, por um vereador de Naviraí, que disse que ela era uma menina, depreciando e diminuindo a capacidade de gestão dela. E ele fez isso no Plenário, depois foi entrevistado por um site aqui de Mato Grosso do Sul, e ele continuou afirmando que ela era uma menina que não tinha condições de gerir. Isso é, realmente, inadmissível, porque hoje falamos tanto no protagonismo da mulher na política, em todos os segmentos e em cargos de liderança; e a gente se depara com um caso de machismo como esse. E aí quando a gente fala de violência de gênero na política, tem pessoas que acham que isso é uma questão de partidos de esquerda, que isso é conversa de mulher feminista; não é! Isso acontece muito. Nós temos um projeto da deputada Mara Caseiro, que vai ser aprovado, salvo engano, em segunda votação, que traz algumas ações para que a gente possa coibir essa violência contra as mulheres. E eu estou defendendo a prefeita de Naviraí, não pelo fato de ela ser do PSDB, meu partido. Semana passada, a deputada Gleice Jane trouxe o caso da deputada federal Camila Jara, do PT, que também foi vítima de agressão por parte da mídia (se é que a gente pode dizer assim). Se já não bastasse tudo isso, a gente teve informação agora pela manhã de que em Cassilândia, a vereadora Sumara Leal usou a rede social para protestar contra o vereador de Cassilândia e o presidente da Câmara. Eles disse exatamente assim: "(...) empenhadas para que o evento fosse realizado com sucesso. Vocês, sim, são dignas de representação e meu respeito como mulheres. E se usassem o restante do corpo para trabalhar em prol da sociedade, igual usam a língua para difamar, o município seria muito melhor." Em pleno século XXI, presidente...

Eu não sei o que dizer! É nojento! É nojento! O que o vereador quis dizer quando ele cita dessa forma a colega de Parlamento que ele deveria respeitar? Os colegas parlamentares aqui nos respeitam, tanto a mim, quanto às deputadas Gleice Jane e Mara Caseiro. O que é que ele quis dizer com "usar o corpo"? É inadmissível esse tipo de atitude. É por isso que nós, mulheres que hoje ocupamos este espaço, estamos reivindicamos o direito que é de vocês. É por isso que nós precisamos ocupar todos os espaços e levantar a nossa voz! Hoje vou encaminhar essas duas moções: uma endereçada à Câmara Municipal de Naviraí, e a outra à Câmara Municipal de Cassilândia.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Concede-me um aparte, deputada?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Pois não, deputado.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Eu sei que não posso fazer isso, e que estou fazendo uma coisa errada, ferindo o Regimento; mas quero assinar as duas. É uma vergonha o que foi feito com a prefeita Rhaiza, e mais vergonhoso, o presidente de Câmara de Vereadores fazer isso com uma vereadora, no mês da mulher. Eu quero assinar com Vossa Excelência essa moção de repúdio. E gostaria que o presidente da Casa transformasse em uma moção da Casa.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Obrigada, deputado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — É isso que eu gostaria de sugerir, deputado. Há muito tempo a gente tem trabalhado na perspectiva da promoção da tolerância, do amor ao próximo e do respeito. Muitas leis foram produzidas aqui, e vários colegas aqui são autores de leis que trabalham nessa linha, portanto, nada melhor do que nós fazermos dessa forma, deputado Paulo Corrêa, em nome dos vinte e quatro deputados. Temos que repudiar, de forma veemente, qualquer tipo de discriminação, seja racial, de mulheres, por xenofobia ou qualquer outro tipo de discriminação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputada, nós podemos fazer isso, sim, se tivermos a aquiescência de Vossa Excelência, ou seja, transformar a nota de repúdio. Depois nós vamos ver a questão de redação, para que a gente não fique pautado somente no que saiu na mídia. Temos que ter responsabilidade para efetivamente repudiar aquilo que vai contra a honra, contra a moral, seja da mulher, da criança, do adolescente, do negro, do índio, enfim. Nós aqui desta Casa temos espírito democrático, e não fugimos do debate. Fica desde já o nosso repúdio registrado; mas nós vamos, sim, transformar a nota de repúdio em nome da Casa.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Obrigada, presidente. Presidente, eu trago hoje algumas indicações, endereçadas ao governador Eduardo Riedel e ao prefeito de Dourados, senhor Alan Guedes, solicitando a destinação de recursos para a realização de obras de recapeamento em todas as vias do bairro Jardim Flórida 1 e 2, em Dourados, uma das regiões mais populosas da nossa cidade. Os serviços de tapa-buraco não estão surtindo efeito, por isso há necessidade de recapeamento, algo

solicitado pela comunidade dessa região de Dourados. Também apresento uma indicação ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, e ao prefeito de Dourados, para que seja realizada obra de recapeamento na Vila Popular, em Dourados. Também apresento uma indicação ao prefeito de Ponta Porã, senhor Eduardo Campos, com cópia ao governador Eduardo Riedel, solicitando destinação de recursos para implantação de uma academia ao ar livre na praça da Vila Noroeste. Com poucas opções diárias de esporte e lazer na Vila Noroeste e região, a construção de uma academia ao ar livre é uma medida necessária para proporcionar maior qualidade de vida e saúde para a população. E, por fim, também apresento uma indicação ao governador Eduardo Riedel, na pessoa do secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, solicitando a destinação de recursos para realização de obras de pavimentação asfáltica na MS-425, no trecho que interliga a BR-060 à rodovia MS-306, no município de Chapadão do Sul. É um trecho importante para o escoamento da nossa produção, mas que, devido às condições, tem causado muitos prejuízos para aquela comunidade. Por hora, era isso. Obrigada, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Nivaldo Nunes, vereador do município de Brasilândia; dos senhores Gildo Amaral, Richardson Prates, Jaderson Moreira de Lima e Evaldo Carlos de Souza, o Evaldo da Farmácia, vereadores do município de Mundo Novo. Sejam todos bem-vindos à nossa Casa de Leis. Com a palavra, o nobre Deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente, colegas parlamentares, deputadas, público presente, assistentes, mídia que nos acompanha nas redes sociais, eu trago hoje um projeto de lei para que seja incluído no Calendário de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul a Festa do Padroeiro São João Batista, no município de Bataguassu. Artigo 1º - Fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei nº 3.945, de 4 de agosto de 2010, a Festa do Padroeiro São João Batista, no município de Bataguassu, realizada anualmente durante todo o mês de junho. Essa festa, senhor presidente, existe desde 1955, ou seja, há sessenta e oito anos. Eu posso garantir que, se não é a maior, é uma das maiores do estado. Acontece durante todo o mês de junho, aos sábados, com um movimento de quinze a vinte mil pessoas. Ela engloba a questão religiosa e a cultural, principalmente a cultural, e é a maior quermesse da qual eu já tive a oportunidade de participar. Este é um pedido que vem da comunidade e da Secretaria de Educação e Cultura, através da coordenadora de cultura, Regina Freire. É um anseio da população que essa festa entre no calendário estadual para receber um olhar especial. O governo do estado já é parceiro, inclusive este ano vai auxiliar na realização deste evento. A justificativa contém todo o histórico deste evento que tem sessenta e oito anos de tradição de fé e de cultura. Então eu quero aproveitar para convidar todos os parlamentares para participar das quermesses juninas dessa grande festa de São João Batista, o padroeiro da cidade, que ocorre todos os sábados no mês de junho. Também há danças típicas, noites culturais, almoço do padroeiro e várias ações que perduram durante todo o mês de junho. Esse é o projeto que eu apresento, e peço a aprovação de todos os parlamentares. Também trago uma indicação para que, ouvido o colendo Plenário, seja encaminhado expediente ao governador Eduardo Riedel, com cópia

autônoma ao secretário de estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia e Inovação, senhor Jaime Elias Verruck, e ao diretor-presidente da Agraer, senhor Washington Williman de Souza, para que seja providenciada a reforma do prédio da Agraer no município de Porto Murtinho, a fim de melhorar as condições de atendimento dos pequenos produtores rurais de Porto Murtinho e região. Este é um pedido encaminhado pela parlamentar daquele município, vereadora Sonia Ferreira. Então, que esses expedientes sejam encaminhados para que essas reformas aconteçam o mais rápido possível. Também trago uma indicação para que, após ouvido o colendo Plenário, seja encaminhado expediente ao governador do estado, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, para que seja providenciado aumento do efetivo de policiais militares no município de Porto Murtinho, devido ao aumento da população, à expansão do município, ao desenvolvimento econômico e ao conseqüente aumento da criminalidade, se preparando para o aumento da população devido à Rota Bioceânica já estar movimentando a região por conta da ponte. Por isso eu tenho aqui um pedido da vereadora Sonia e dos demais parlamentares de Porto Murtinho, para que seja olhada com carinho a possibilidade de aumento no efetivo na Polícia Militar naquele município. Eu gostaria que os deputados Paulo Corrêa e Zeca do PT, se possível, assinassem conosco esta indicação, dada a importância desse assunto. Temos que nos preparar para o futuro que já está acontecendo em Porto Murtinho. Então, precisamos garantir segurança para a população daquela cidade e região. Por hoje é só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — O deputado Pedro Kemp já expressou preocupações relacionadas aos pensionistas e aposentados, e eu gostaria de informar que entraremos em contato com Rodrigo Peres e Frederico Felini para que eles tragam soluções concretas. Quero reiterar que mantenho uma postura ponderada e objetiva em minhas colocações. O governo estadual certamente apresentará um projeto dentro das possibilidades viáveis. Esta Casa Legislativa terá a oportunidade de receber, discutir, analisar e apresentar as propostas para que todos possam avaliar. É importante recordar que a questão previdenciária surgiu da necessidade de o governo apresentar ao Ministério da Previdência um plano para equacionar a dívida, porque o governo tem o dever legal de apresentá-lo. Sem entrar em detalhes sobre as causas do déficit, é importante reconhecer sua existência, e é responsabilidade do governo apresentar soluções. Dentro desse plano virá algo em favor dos aposentados; e nós vamos pleitear e analisar. Espero ter esclarecido. Por hoje, é só.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu gostaria de comentar que tenho ouvido as manifestações dos deputados sempre em favor dos aposentados, e até o momento não há nenhuma lei em discussão aqui, nem nenhum deputado se posicionou de forma contrária. Para evitar prolongar ainda mais o debate sobre o

assunto, podemos decidir entre continuar defendendo os aposentados ou encerrar o assunto por ora. Vale ressaltar que todos os deputados, inclusive durante reuniões internas, expressaram apoio aos aposentados. Desviar desse posicionamento, neste momento, parece contraproducente, portanto imagino que, nos bastidores da Secretaria de Administração, da Ageprev e do governo, o tema esteja sendo debatido, possivelmente com opiniões contrárias. Mas aqui na Assembleia é o lugar onde vocês estão encontrando apoio, portanto, uma atitude que pareça desrespeitosa com os deputados que estão defendendo seus interesses no Plenário, certamente não será benéfica. Esta é apenas uma humilde opinião deste presidente. Com a palavra, a deputada Gleice Jane, no Pequeno Expediente.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas e público que nos acompanha. Com relação à questão dos aposentados, creio que é crucial promover um bom debate. Durante a apresentação dos dados, observamos números que indicam uma possível solução para o estado, como o aumento do número de funcionários ativos na rede. Eu tenho acompanhado um estudo realizado pela professora Yasmine, de Três Lagoas, que em seu doutorado identificou que 60% da categoria são contratados. Se esses profissionais forem efetivados, especialmente na área da educação, que representa uma parcela significativa, poderíamos começar a encontrar alternativas. Atualmente, a educação estadual é responsável por apenas um terço do sistema educacional do estado, de acordo com dados do censo. Em Dourados, a situação é tão grave que o secretário municipal de Educação relatou que mais de mil crianças estão sem matrícula no início deste ano letivo, porque a rede estadual também não assumiu sua responsabilidade ao longo dos últimos anos. Acho que o governo do estado pode construir escolas, pode resolver problemas da educação, pode convocar aprovados do concurso público e proporcionar melhor qualidade de vida para quem se aposenta. Então, eu apresentei isso hoje como alternativa na reunião, e espero que seja realmente considerado, porque é um problema para quem está aposentado, para quem está na fila de espera do concurso, para quem quer fazer o concurso e ainda não entrou e para as famílias que estão sem vagas. E eu estou falando de Dourados, porque é onde eu sei que tem problemas, mas eu acredito que essa é uma situação que está acontecendo em outros lugares, porque, nos últimos anos, a gente percebe que há um processo de entrega do serviço público para os municípios, com a ausência do estado. Na saúde também, temos hospitais que estão sendo construídos em Dourados, por exemplo, que podem convocar aprovados do concurso e criar outros concursos, enfim. Então, acho que aumentar o efetivo do estado pode ser uma alternativa possível, e pode ser a solução para os aposentados. Presidente, eu concordo com a fala da deputada Lia Nogueira sobre a situação das mulheres que estão no espaço da política. Na semana passada, eu usei a tribuna para falar sobre isso, depois de ver uma dura violência de gênero contra a deputada Camila Jara. E lembrei aqui de várias outras histórias que incluíam a violência de gênero, incluindo até mesmo a deputada Lia Nogueira, na época, vereadora em Dourados; e vimos também a situação da vereadora Virgina Magrine, em Dourados. No ano passado, a vereadora Luiza Ribeiro passou por essa situação aqui. O deputado Zeca do PT trouxe aqui para nós a situação da vereadora de Porto Murtinho e, agora, vimos a situação da prefeita e da vereadora em Cassilândia. Então, são histórias que vão desanimando, que tentam desanimar as mulheres de participarem do processo da política. É realmente importante que façamos aqui uma nota de repúdio e que esta Casa assuma um compromisso de valorização da luta das mulheres no espaço

da política. A forma como o vereador se referiu à vereadora em Cassilândia menospreza toda a capacidade, todo o conhecimento dela. E ele fala do corpo dela, ignora ela como uma pessoa que pensa, que raciocina e que tem competência para falar sobre política. E mais do que isso, na fala dele, ele diz que respeita as mulheres que estão em silêncio; mas ele não respeita a mulher que está com o poder da fala naquele momento. Então, é uma sequência de violência contra as mulheres, algo que nós não podemos aceitar. E não é só porque nós estamos no mês de março, não, mas porque nós mulheres não vamos desistir de lutar para ocupar esses espaços, independentemente dos partidos onde estamos. Nós somos muitas, estamos juntas, decidimos que nós vamos ocupar esse espaço da política, e vamos transformar; e ninguém vai nos tirar desse espaço. Nós vamos lutar; e vamos lutar juntas! Então, é isso. Obrigada. Eu trago também mais um caso de violência que me assustou bastante. Aconteceu aqui em Campo Grande, dentro de uma escola. Vi isso hoje pelas mídias, e existe registro de vídeo. Um pai entra em uma escola e violenta uma criança, dá de dedo na cara de uma criança de quatro anos. Mas, para ele entrar na escola, segundo os dados da mídia, ele também desrespeitou a diretora da escola, entrando de forma forçada, aponta o dedo para uma criança de quatro anos e tira de perto o menino dele, que também tinha a mesma idade da outra criança. Na sala da direção, ele disse que orientou o filho a bater na menina. A menina é uma garota negra de quatro anos. Nós estamos elaborando um requerimento, solicitando à secretaria de estado de Justiça e Segurança Pública que investigue o caso. Para nós, isso tem vários elementos que precisam ser investigados: racismo, incitação de violência contra as mulheres, violência contra as crianças e desacato de um ou mais servidores públicos. Mas esse fato, nobres colegas e público presente, reflete que as violências nas escolas são consequência das violências na sociedade. Mas, no espaço da escola, é necessário que a gente faça um debate sério para combater o racismo, o machismo e a violência de gênero. A escola tem que estar liberada e incentivada a fazer esses debates, porque nos últimos anos as professoras têm medo de falar sobre esses assuntos, pois toda questão polêmica vira pauta, inclusive aqui na Assembleia, como vimos várias vezes no ano passado. E é esse tipo de comportamento que está levando ao aumento da violência contra as mulheres, as crianças e as mulheres negras. Por isso, é importante que façamos esse requerimento questionando, exigindo investigação e providências imediatas, e que todos os casos sejam acompanhados. Além disso, precisamos de políticas públicas na educação para combater essas violências. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quería registrar e agradecer a presença do presidente do Sinpol, senhor Alexandre Barbosa, com a equipe de sempre. Quero registrar e agradecer a presença do senhor Antônio de Pádua Tiago, prefeito do município de Brasilândia. Solicito aos senhores deputados que, no Pequeno Expediente, nos concentremos mais nas manifestações dos requerimentos, para que tenhamos a oportunidade de um grande debate sobre os temas, como por exemplo essa questão da mulher, no Grande Expediente, senão a gente não aproveita a participação dos deputados nesses debates que são muito importantes nesta Casa. Então peço que, agora, durante o Pequeno Expediente, que ainda não terminou, a gente concentre a fala nos requerimentos e indicações. Com a palavra, o nobre deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, caros deputados e deputadas, senhoras e senhores que nos acompanham



pela TV Assembleia e pela Rádio Alems. Tenho aqui uma indicação. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo à gerente da unidade operacional da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), no estado de Mato Grosso do Sul, Vera Lúcio Burato Marques, solicitando providências junto à operadora de telecomunicações Vivo para a melhoria do sinal da telefonia móvel, com instalação de antena repetidora no distrito Lagoa Bonita, no município de Deodópolis. E tenho aqui uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação à juíza Ellen Priscile Xandu Kaster Franco, pela promoção e pelos quase treze anos de serviços prestados na comarca de Nova Andradina. É juíza de direito do TJ/MS desde janeiro de 2006, tendo atuado nas comarcas de Campo Grande, Dourados, Deodópolis, Fátima do Sul, Angélica e Ivinhema, enquanto juíza substituta. Titularizou-se nas comarcas de Glória de Dourados, Batayporã e, por aproximadamente treze anos, na 1ª Vara Cível da comarca de Nova Andradina, onde também exerceu as funções inerentes ao cargo de juíza eleitoral. Ellen é respeitada por sua atuação firme e elogiada por ser uma julgadora de trâmite rápido com grande resolutividade processual. Foi recentemente promovida para titularizar a 6ª Vara do Juizado da Fazenda Pública da comarca de Campo Grande. Posto isso, após aprovada, a moção deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Casa de Leis e da Cidadania, por proposição do deputado estadual Roberto Hashioka, em nome de seus pares e do povo de Mato Grosso do Sul, vem à honrosa presença de vossas senhorias outorgar moção de congratulação à juíza Ellen Priscile Xandu Kaster Franco, pela promoção e pelos quase treze anos judiciando na comarca de Nova Andradina." Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados, imprensa, população que nos assiste pela TV Assembleia e aqueles que nos prestigiam com suas presenças. Senhor presidente, primeiramente quero agradecer a presença do prefeito Antônio de Pádua Tiago, de Brasilândia e, juntamente com ele, o Tiago Bertoni e a sua esposa Lilian Bertoni, secretária municipal de Assistência Social em Brasilândia; o Renato Farias e o vereador Nivaldo Nunes. Hoje vai haver a reunião com o governador, onde o município apresentará, por intermédio do prefeito, dos vereadores e de representantes, as suas reivindicações. Também, senhor presidente, toda a equipe está agradecendo a todos os senhores deputados que votaram favoráveis a uma proposição de reconhecimento de utilidade pública à Associação Recreativa União, de Brasilândia. E o prefeito aproveita para convidar todos os deputados para o rodeio que ocorrerá nos dias 25, 26 e 27 de abril deste ano. Então, fica registrado aqui os nossos agradecimentos a Brasilândia. Também, senhor presidente, eu gostaria de apresentar algumas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rudel Espíndola Trindade Júnior, diretor-presidente do Detran, solicitando estudos de viabilidade para instalação de sinalização semafórica na rotatória da Feira do Produtor, localizada na avenida General Mendes de Moraes, no centro de Coxim, em atenção ao pedido do vereador Zanon Lamunier, da Câmara Municipal de Coxim. Indico

à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel, e ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de estado de Educação, com cópias autônomas, solicitando estudo de viabilidade no sentido de realizar a revisão do Estatuto dos Profissionais da Educação Básica do estado de Mato Grosso do Sul, estabelecido pela Lei Complementar nº 087/2000, para implementar a gratificação prevista no artigo 4º, inciso VIII, “b”, da Lei Nacional nº 14.817, de 16 de janeiro de 2024. Esta é uma proposição da vereadora e ex-presidente da Undime, Manuelina, de Costa Rica. Também, senhor presidente, indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel, e ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de estado de Educação, solicitando devida atenção e intervenção para que sejam envidados esforços necessários para a solução do problema urgente que afeta diretamente a qualidade de vida e a segurança dos alunos das escolas de tempo integral no município de Coxim. Trata-se do transporte escolar dos alunos das seguintes instituições de ensino: Escola Estadual Viriato Bandeira, Escola Estadual Professora Clarice Rondon dos Santos, Escola Estadual Semíramis Carlota Benevides da Rocha e Escola Estadual Silvio Ferreira. Atualmente, os estudantes dessas escolas são liberados às 15h30min, porém o ônibus escolar programado para o transporte desses alunos passa apenas às 17h20min. Essa discrepância de horário tem causado transtornos significativos aos alunos, que se veem obrigados a aguardar, sob condições climáticas adversas, como sol escaldante e chuvas, por quase duas horas diárias. Tal situação não apenas compromete o bem-estar dos estudantes, mas também coloca em risco a sua segurança. Também, senhor presidente, tenho uma indicação ao governador Eduardo Riedel e ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, Hélio Peluffo Filho, solicitando a viabilidade de recursos do orçamento para a recuperação de toda a extensão da rodovia conhecida como Guairá-Porã, que liga Guairá, no Paraná, a Ponta Porã, para escoamento da produção agrícola e desenvolvimento do estado de Mato Grosso do Sul. Este pedido atende à solicitação do vereador Geverson Vicentim, através da Indicação nº 003/2024, anexa, com a anuência de todos os demais vereadores, apresentada em Sessão Ordinária no dia 19 de fevereiro de 2024, na Câmara Municipal de Amambai, conforme ofício dirigido ao meu gabinete. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, semana passada ocorreu um fato curioso na querida e hospitaleira cidade de Corumbá, do nosso amigo deputado Paulo Duarte, que não está presente aqui. E houve uma enorme repercussão, não só na mídia estadual, mas também na mídia nacional, se tornando quase uma chacota para muitos setores. O que aconteceu em Corumbá? Em uma bela piscina de um dos melhores, senão o melhor hotel de Corumbá, uma festinha regada a muita cerveja, sendo servida na boquinha do prefeito de Porto Murtinho, senhor Nelson Cintra, junto aos vereadores, segundo as informações. Depois do vexame da repercussão — com cerveja sendo servida na boca do prefeito por uma mocinha de biquini — o prefeito, para tentar justificar, vai para à rádio e chama à atenção de quem postou e repercutiu toda a história, dizendo que não deveria ter feito isso, afinal, ele (prefeito) e a primeira-dama haviam contemplado a mulher do denunciante com uma casa no

programa Minha Casa Minha Vida. Ou seja, tudo errado. Por isso, senhor presidente, estou encaminhando primeiro um requerimento ao governador Eduardo Riedel, com cópia para a diretora-presidente da Agehab, senhora Maria do Carmo Avezani Lopes — considerando tudo isso a que me referi — solicitando que a Agehab seja indagada se tinha ou tem conhecimento sobre a utilização, por parte do prefeito, de critérios diferentes dos estabelecidos por lei no processo de distribuição de unidades habitacionais no programa da agência naquele município, ou se autorizou tal procedimento. Em segundo lugar, tenho uma indicação ao procurador-geral do Ministério Público, doutor Alexandre Magno Benites Lacerda, solicitando que sejam realizadas investigações acerca de possíveis irregularidades praticadas pelo prefeito de Porto Murtinho na seleção das famílias a serem contempladas por programas habitacionais naquele município, usando exclusivamente sua vontade pessoal. Quero informar à Procuradoria do Ministério Público Estadual que esta talvez seja a sexta ou sétima denúncia que faço, pedindo providências de investigação do Ministério Público; mas até agora, nada de resposta. Portanto, vou aguardar alguns dias para mais uma denúncia, sob pena de — não sendo encaminhado o procedimento (porque parece que o Ministério Público não tem vontade de apurar) — juntar tudo isso e encaminhar ao Conselho Nacional do Ministério Público, pedindo a investigação do Conselho Nacional sobre o Ministério Público do estado de Mato Grosso do Sul. Obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, eu gostaria apenas de fazer o registro da audiência pública que realizamos ontem, tratando sobre a Lei nº 14.597, a Lei Geral do Esporte. Foi uma reunião bastante produtiva. Vossa Excelência passou aqui parte do tempo; pena que não pôde ficar conosco. A deputada Gleice Jane ficou comigo aqui na Mesa. Pena que o deputado Caravina estava viajando, o deputado Junior Mochi e a deputada Mara Caseiro não puderam estar presentes. Eu gostaria que todos os membros titulares da Comissão de Educação, Cultura e Desporto estivessem conosco. Nós discutimos a possibilidade de termos aqui no estado uma lei criando um sistema estadual do desporto. Assim como temos o SUS, que tem suas competências na esfera federal, que cuida, por exemplo, da vacinação, o estado tem a prerrogativa de cuidar da média e alta complexidade, e os municípios da medicina primária, que é a questão da prevenção. O Rodrigo Terra é doutor na área, e tivemos vários doutores da área da Educação Física da Universidade Federal e representantes de vários municípios; inclusive Corumbá estava representada aqui pelo vereador Chicão. Ponta Porã e outros municípios também foram representadas, todos com o objetivo de criarmos esta lei. A Fundesporte fez um belo trabalho, com o ex-diretor-presidente Marcelo, e agora com o Herculano; mas são políticas de governo. A ideia é que, ao criar o sistema através de uma lei, tenhamos algo perene, uma política de estado. Portanto, agradeço a presença do nosso presidente, deputado Gerson Claro, e da deputada Gleice Jane, que estiveram aqui conosco; e faremos um documento, conforme o nosso compromisso, a princípio para criarmos um



anteprojeto através de uma minuta de um projeto de lei, que é prerrogativa do Executivo. Mas, ontem, depois da reunião, conversando com o Rodrigo Terra e os representantes desse setor, como a presidente do Cref/MS, professora Eliana, vimos ser interessante a ideia de encaminharmos um documento para o governo do estado, com a assinatura de todos os membros titulares da comissão específica, para que o governador Eduardo Riedel crie esta lei. Assim, poderemos ter, de forma perene, uma lei instituindo o sistema estadual de esporte. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente deputado Gerson Claro, nobres pares, pessoas que nos honram com sua presença neste Plenário e que nos assistem através da TV Assembleia. Senhor presidente, eu trago três indicações aqui. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, e ao diretor da Agessul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando estudos para a viabilização da construção de um viaduto sobre a passagem de nível do prolongamento da avenida Presidente Vargas, próximo ao trevo da rodovia BR-158, bem como a construção de um viaduto sobre a passagem de nível localizada na estrada de acesso à Lagoa Limpa, ambos no município de Aparecida do Taboado. A presente proposição tem como base a solicitação do nobre edil Gustavo Neira, vereador daquele município. Tendo em vista o grande fluxo de veículos de propriedades rurais, moradores e usuários que ali trafegam têm uma grande preocupação com acidentes na passagem de nível localizada nesses trechos. A presente justificativa encontra-se anexa, senhor presidente. A segunda indicação é para que seja enviado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, e ao coronel QOPM Renato dos Anjos Garmis, subcomandante-geral da Polícia Militar do estado de Mato Grosso do Sul, solicitando, em caráter de urgência, o aumento do efetivo da corporação da Polícia Militar no município de Aparecida do Taboado. A presente indicação também é motivada por requerimento da Câmara Municipal de Aparecida do Taboado, a partir da indicação do vereador Gustavo Moreira, com justificativa anexa. E, por último, senhor presidente, indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia autônoma ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, senhor Mauro Azambuja, solicitando estudos de viabilidade para a pavimentação asfáltica da ciclovia situada na BR-395, na saída para o município de Três Lagoas, no município de Bataguassu. A presente indicação encontra justificativa na reivindicação dos moradores e trabalhadores que utilizam a referida ciclovia e padecem com seu precário estado de conservação. É o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares e todos que acompanham a Sessão. Presidente, tenho uma moção de pesar, pela importância da pessoa que nos deixou na data de hoje. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do empresário Luiz Lands Reynoso de Farias, fundador do Grupo Capital de Comunicação, que nos deixou na manhã de hoje. Apesar de eu estar aqui apresentando, gostaria que fosse feita pela Casa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, só para registrar, já temos outras no sistema. Então vamos apensar todas, fazendo em nome da Casa, porque é uma pessoa muito importante para a história de Mato Grosso do Sul e para a comunicação sul-mato-grossense.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Muito obrigado. Senhor presidente, tenho ainda uma moção de aplauso, endereçada ao senhor Francisco José Delmondes, carinhosamente conhecido como "Tico da Ambulância", em razão dos relevantes serviços prestados na Secretaria Municipal de Saúde de Rio Verde de Mato Grosso. Caso aprovada, esta moção deve ser redigida nos seguintes termos: A Assembleia Legislativa do estado de Mato Grosso do Sul, Casa de Leis e de Cidadania, por proposição do deputado estadual Coronel David, em nome de seus pares e do povo sul-mato-grossense, vem honrosamente consignar o merecido respeito ao senhor Francisco José Delmondes, carinhosamente conhecido como 'Tico da Ambulância', em razão dos relevantes serviços prestados na Secretaria Municipal de Saúde de Rio Verde de Mato Grosso. Tenho ainda, senhor presidente, uma moção de congratulação aos policiais militares capitão Cléber de Souza Oliveira, subtenente André Luiz Rodrigues Alves, cabo Rafael Gonzaga de Almeida e cabo Marcelo Frisoli, pelo reconhecimento em razão da apreensão de uma quantidade significativa de drogas, armas e munição aqui em Mato Grosso do Sul. E, finalmente, outra moção de congratulação, à Polícia Militar Ambiental de Mato Grosso do Sul e ao seu comandante, tenente-coronel Cleiton Douglas da Silva, em virtude do aniversário de trinta e sete anos de criação da Polícia Militar Ambiental de Mato Grosso do Sul, que tem ação decisiva na repressão e prevenção contra os crimes e infrações ambientais. Os números, senhor presidente, confirmam a relevância da atuação da Polícia Militar Ambiental aqui em Mato Grosso do Sul. Somente isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do vereador Francisco Alves de Araújo, o Tiquinho, presidente da Câmara Municipal de Jateí, e do vereador Mário Nogueira, do município de Jaraguari. Senhores deputados, neste instante eu queria chamar a atenção de Vossas Excelências para um momento importante da nossa Casa, inclusive objeto de citação do articulista, comentarista político e jornalista Manoel Afonso. Neste momento, estamos assinando a ordem de serviço, ou seja, a Assembleia Legislativa está contratando, por licitação, a empresa Concrelaje, para fazer o primeiro estacionamento do Parque dos Poderes no modelo vertical. Nós teremos um estacionamento com subsolo, segundo piso e terceiro piso, para que haja estacionamento sem que tenhamos que derrubar nenhuma árvore. E eu quero registrar também que foram identificados mais de cinquenta pontos aqui na área da Assembleia, onde nós faremos replantio de árvores, recompondo a vegetação. Essa atitude devemos muito ao sempre ambientalista e atento deputado Paulo Corrêa.

Então, assinamos neste momento esta ordem de serviço. Eu queria compartilhar isso com vocês, pois é um momento importante, não só para a Assembleia, mas para o Parque dos Poderes. Esse é um modo novo de olhar para o nosso Parque dos Poderes. Feita a ordem de serviço do primeiro estacionamento vertical do Parque dos Poderes. Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT. Inclusive, eu gostaria de solicitar ao deputado que nos dê boas notícias sobre sua visita a Brasília.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Primeiro quero cumprimentar Vossa Excelência, como presidente da Mesa, e os demais deputados que compõem a Mesa Diretora desta Casa, particularmente o deputado Paulo Corrêa, pela iniciativa que a Casa, através da assinatura de Vossa Excelência, como presidente, acaba de sacramentar. Essa iniciativa de mapear a região da Assembleia Legislativa para poder fazer o programa de reflorestamento é uma coisa extraordinariamente exemplar, bonita, que tem que ser acompanhada. Tomara Deus, senhor presidente, que os outros Poderes, com todo o respeito, sigam a Assembleia e façam algo parecido, porque, mais do que qualquer um, a natureza e o meio ambiente agradecem. Parabéns! Senhor presidente, em segundo lugar, rapidamente, vou passar a Vossa Excelência e para esta Casa a situação das atribuições que Vossa Excelência me deu na condição de coordenador da Frente Parlamentar para o Acompanhamento da Implantação da Rota Bioceânica. Na quinta-feira da semana passada, tivemos reunião no gabinete do ministro Padilha, com a presença do Dnit, da Receita Federal, com o presidente de uma das empresas brasileiras que participa do consórcio e com um representante da secretaria comandada pelo doutor Jaime Verruck. Foi uma reunião grande e positiva e, ao final da reunião de mais de duas horas, deputado Paulo Corrêa e senhores deputados, deputadas, se constatou que não é o problema com a Receita Federal. Na verdade, foi um descuido na hora da formulação do tratado binacional em torno da execução, da construção da ponte. Faltou um adendo que definisse o normativo tributário a ser seguido. Com a denúncia, a Receita foi lá, e, portanto, constatou que tinha irregularidade e mandou parar. Lá pessoalmente, como é de meu costume, eu me redimi, pedindo escusas à Receita Federal, porque eu sempre fui duro com ela. Conclusão: faltou o adendo que deveria ser motivo de preocupação do Itamaraty, ou da chancelaria Paraguai. Quinta-feira agora, senhor presidente, eu pedi ao deputado Vander Loubet, como coordenador da bancada, a presença na última reunião definitiva com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e com o representante do Itamaraty nas relações binacionais com o Paraguai, para acertar a inclusão do adendo que trata do normativo tributário, encaminhar para o Senado, para rapidamente o Senado homologar, aprovar e, portanto, constar no tratado binacional. Está resolvido, até porque ficou acertado que a tramitação desse procedimento que corrige o inicial não prejudica o andamento das obras já retomadas. Portanto, cumpro com a minha atribuição, senhor presidente, na condição de coordenador da frente parlamentar. Estive também com a ministra Marina e fiquei muito grato da forma carinhosa com que ela me recebeu, tratei com ela de um tema que já trouxe para esta Casa, que é a inclusão do bioma Pantanal na COP, a ser realizada no ano que vem no Pará. Ela me perguntou quais as principais demandas, e eu falei do problema da água, que a água do Pantanal é salobra, falei de perfuração e da necessidade de um programa de energia solar para atender as pequenas, médias e grandes fazendas do Pantanal, e falei para ela sobre a pesca predatória que acontece no rio Paraguai, inclusive com matança de gado, do lado

brasileiro, por parte de ribeirinhos paraguaios. Foi a melhor possível, portanto, a visita que Vossa Excelência e esta Casa me atribuíram. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Fico honrado e feliz de saber do resultado da reunião, deputado. Já tivemos a manifestação, inclusive do consórcio, agradecendo à Assembleia Legislativa pelo empenho na resolução desse problema. Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 00483/2024). De autoria do deputado João Henrique: três indicações (Prot. nºs 00523/2024, 00522/2024, 00526/2024). De autoria do deputado Caravina: três indicações (Prot. nºs 00493/2024, 00503/2024, 00528/2024). De autoria do deputado Junior Mochi: oito indicações (Prot. nºs 00506/2024, 00508/2024, 00511/2024, 00513/2024, 00512/2024, 00510/2024, 00509/2024, 00507/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 00414/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: nove indicações (Prot. nºs 00494/2024, 00495/2024, 00496/2024, 00497/2024, 00498/2024, 00499/2024, 00500/2024, 00501/2024, 00502/2024); um requerimento (Prot. nº 00490/2024); duas moções de repúdio (Prot. nºs 00546/2024, 00547/2024). De autoria do deputado Lidio Lopes: três indicações (Prot. nºs 00542/2024, 00489/2024, 00488/2024). De autoria do deputado Marcio Fernandes: três indicações (Prot. nºs 00518/2024, 00520/2024, 00519/2024). De autoria do deputado Neno Razuk: sete indicações (Prot. nºs 00534/2024, 00535/2024, 00536/2024, 00537/2024, 00538/2024, 00517/2024, 00516/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 00532/2024). De autoria do deputado Paulo Corrêa: duas moções de pesar (Prot. nºs 00451/2024, 00527/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma moção de congratulação (Prot. nº 00540/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 00543/2024). De autoria do deputado Professor Rinaldo: um projeto de lei (Prot. nº 00515/2024). De autoria do deputado Renato Câmara: dois requerimentos (Prot. nºs 00524/2024, 00521/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: duas indicações (Prot. nºs 00541/2024, 00486/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 00533/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 00487/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 00531/2024, 00530/2024, 00529/2024). De autoria do deputado Zeca do PT: uma indicação (Prot. nº 00539/2024); um requerimento (Prot. nº 00544/2024)). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Por inversão de oradores, com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência disporá de cinco minutos para seu pronunciamento.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, eu gostaria de fazer aqui um registro que eu reputo de maior importância para o nosso país. Recentemente foi publicado um estudo que afirma que treze milhões de brasileiros deixaram de passar fome no ano passado (2023), o que já é reflexo das políticas implementadas pelo governo Lula. São políticas sociais sérias que atendem às famílias em situação de pobreza, extrema pobreza e vulnerabilidade social. Além disso, a economia voltou a crescer no país, houve controle da inflação e redução do número de desempregados no Brasil. As políticas sociais estão surtindo efeito e conseguimos reduzir o número de pessoas passando fome no Brasil até o final de 2022. Essa pesquisa foi encomendada pelo governo ao Instituto Fome Zero, e analisou indicadores de inflação e emprego, verificando a menor exposição dos mais pobres à insegurança alimentar grave. A pesquisa mostra que o número de brasileiros passando fome caiu de trinta e três milhões, em 2022, ainda durante o governo



Bolsonaro, para vinte milhões, em 2023, já no governo do presidente Lula. Esse é o resultado de um governo determinado em acabar com a fome no Brasil, considerando também a insegurança alimentar moderada, quando o indivíduo não consegue fazer três refeições por dia, e a insegurança alimentar grave, quando a pessoa passa fome de fato. O instituto mostra que, após subir de vinte para trinta e dois milhões no governo Bolsonaro, de 2018 a 2021, o nível de insegurança alimentar grave vem caindo desde então, chegando a 28,9% em 2023. O Brasil está no caminho certo, olhando para os brasileiros mais vulneráveis e implementando políticas que devolvem dignidade a essas pessoas. Esse é o principal papel do governo: distribuir a riqueza produzida no país. O Brasil está crescendo novamente, e esse crescimento precisa alcançar os mais pobres e vulneráveis, e é isso que está acontecendo. Senhor presidente, era isso que eu gostaria de registrar. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está encerrado o Grande Expediente.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está encerrado o Grande Expediente. Peço ao segundo-secretário que venha à Mesa para a recomposição de quórum. Pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, ouvindo aqui atentamente a exposição do deputado Pedro Kemp, eu me pergunto por que, depois de fazer tantas boas ações, como ele propagou aqui, todos os dias a gente vê a popularidade do presidente Lula caindo? Falta essa comunicação do governo do PT para a população brasileira; e [a popularidade] vai continuar caindo, porque a economia está indo muito mal. Só esse registro.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado. Recomposição de quórum. Encerrado o Grande Expediente.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Eu gostaria de registrar a presença do ex-vereador e ex-presidente da Câmara Municipal de Dourados, Manuel Dourado, e a sua esposa Gisele, filha do ex-prefeito de Dourados, Brás Melo. Satisfação recebê-los aqui na nossa Casa. Era isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos a presença do senhor Joel José de Lima, o Joel Feta, vereador do município de Anastácio. Obrigado



pela presença. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Solicito ao segundo-secretário a verificação de quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, há vinte e dois deputados. Há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 1. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 002/2024. Autor: deputado Renato Câmara. O deputado Renato Câmara está presente no Plenário virtual? Solicito manifestação. Não está presente? Item 2. Em segunda discussão e votação nominal...

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — O Item 1 é o projeto de resolução da BPW?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Da medalha e do diploma da BPW no estado de Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Pois não, senhor presidente...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O senhor está presente. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação aberta no painel, senhores deputados, o Item 1, referente ao Projeto de Resolução nº 002/2024, de autoria do deputado Renato Câmara, que "Cria a Medalha e o Diploma de Honra ao Mérito Legislativo para as Mulheres de Negócios Profissionais - BPW". Em votação.

Projeto de Resolução nº 002/2024, de autoria do deputado Renato Câmara.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Marcio Fernandes (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.



DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Solicito ao deputado Paulo Corrêa que assuma a presidência. A deputada Mara Caseiro está no Plenário?

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Assumindo a presidência por solicitação do senhor presidente, consulto se a deputada Mara Caseiro está on-line. Por enquanto, não. Então eu vou pular o Item 2. Peço à assessoria que avise a deputada Mara Caseiro. Vamos para o Item 3. A deputada Gleice Jane está presente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 159/2023. Autora: deputada Gleice Jane. "Institui o dia 22 de abril como o Dia da Mulher Artista Sul-Mato-Grossense, em homenagem à pintora, escritora e compositora Lídia Baís, e dá outras providências". A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Para discutir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para discutir, a ilustre deputada Gleice Jane, autora do projeto.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — O projeto que trazemos aqui é para instituir o dia, e estamos homenageando a pintora, escritora e compositora Lídia Baís, uma artista de Campo Grande e uma das pioneiras de Mato Grosso do Sul a desenvolver esse trabalho artístico, e a reconhecemos como uma mulher importante na arte do estado. No entanto, homenageamos não apenas a Lídia, mas também refletimos sobre as políticas de incentivo e valorização à cultura no estado. Precisamos valorizar mais nossa cultura, pois Mato Grosso do Sul possui uma diversidade cultural formada pelos povos indígenas, de fronteira, pantaneiros e uma grande população migrante, por isso é importante termos políticas públicas de incentivo à valorização da cultura. Entendemos que é crucial começar esse trabalho pela valorização das mulheres artistas, porque quando a gente observa e valoriza as mulheres, consegue valorizar toda a cultura do estado. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Ainda em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 159/2023, de autoria da deputada Gleice Jane.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Marcio Fernandes (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.



DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Eu voto sim, senhor presidente. Estou com problemas técnicos aqui.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Registrando o voto sim do deputado Renato Câmara. Registrado, senhor vice-presidente. Deu certo a votação. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp – PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em segunda discussão e votação nominal. A deputada Mara Caseiro está presente na Sessão?



DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Senhor presidente, eu estou na Sessão.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Está na Sessão. Registrado. Então eu vou voltar ao Item 2, se me permitem os senhores deputados. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 029/2022. Autora: deputada Mara Caseiro. "Cria o Estatuto da Mulher Parlamentar, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Lidio Lopes. A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Combate à Violência Doméstica e Familiar emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 29/2022, de autoria da deputada Gleice Jane.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Marcio Fernandes (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.



DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação.
Consulta o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado o projeto. Vai ao Expediente. Item 4. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 232/2023. Autora: deputada Mara Caseiro. "Estabelece ações para o fortalecimento da saúde mental e para o enfrentamento da violência psicológica entre mulheres (wollying) no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado a Semana de Conscientização sobre a Violência Psicológica entre Mulheres". A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Combate à Violência Doméstica e Familiar emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 02, tendo como relatora a deputada Lia Nogueira. A Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 02, tendo como relator o deputado Renato Câmara. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 232/2023, de autoria da deputada Mara Caseiro.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Marcio Fernandes (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.



DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Solicito ao senhor segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final, por ter sofrido emendas. Item 5. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 283/2023. Autor: deputado Antonio Vaz. "Institui a Semana Emprega + Mulheres no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências". A Comissão de Educação, Cultura, Desporto foi favorável por unanimidade à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. Em discussão. Para discutir, o autor, deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Este projeto é muito importante, pois propõe a proteção e divulgação dos direitos estabelecidos pela Lei nº 14.457, de 21 de setembro de 2022. Essa lei tem como objetivo proteger os direitos trabalhistas das mulheres, combater o assédio sexual no ambiente de trabalho e possibilitar a criação de um canal de denúncias. O mês de março é destacado devido à importância de dados que reconhecem os direitos conquistados pelas mulheres, especialmente o Dia Internacional da Mulher, 8 de março. O projeto de lei busca estabelecer a Semana Emprega + Mulheres no estado de Mato Grosso do Sul, para informar a população, especialmente as mulheres, sobre os direitos trabalhistas conquistados ao longo do tempo. As mulheres merecem todo o nosso respeito e carinho. Vejo hoje a deputada Lia Nogueira falando sobre situações que têm acontecido no estado com as mulheres, principalmente neste mês em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher. Estou passando também por isso no estado, porque abriram CPI contra duas mulheres do Republicanos, duas vereadoras. Nós passamos por uma luta muito grande para trazer essas mulheres para o partido, para disputar uma eleição onde a Justiça Eleitoral exige 30% de mulheres. Eu vejo hoje pessoas trabalhando para incentivar as mulheres e pessoas trabalhando para tirar as mulheres do meio político. Eu parableno as deputadas Mara Caseiro, Gleice Jane e Lia Nogueira pelo trabalho em defesa das mulheres, e os deputados pelo que estão fazendo, mas ainda vemos uma grande perseguição contra as mulheres. Então, é muito importante as deputadas Mara Caseiro, Gleice Jane e Lia Nogueira trabalharem para poder nos ajudar nisso e incentivar mais as mulheres a obterem o seu espaço, que é merecido. A mulher deve estar onde quiser; e ela tem capacidade para isso. Apesar de sabermos que a luta dessas mulheres é grande, pois elas têm que cuidar da casa, cuidar dos filhos, trabalhar fora para ajudar o seu marido e ainda participar da política. Mas as mulheres são guerreiras e conseguem isso. Nós, homens, não conseguimos. Este projeto de minha autoria visa ajudar essas mulheres a conseguirem emprego e a conquistarem o espaço onde elas devem estar. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 283/2023, de autoria do deputado Antonio Vaz.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Marcio Fernandes (MDB).



Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.



DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à redação final, por ter sofrido emenda. Item 6. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 018/2024. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 03/2024. "Modifica a redação de dispositivo da Lei nº 6.170, de 20 de dezembro de 2023, exclusivamente para alterar o período de 10 de janeiro a 10 de março de 2024, concedido para que os interessados em participar do Programa Energia Social: Conta de Luz Zero, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, realizem o seu recadastramento na secretaria de estado responsável pelas políticas públicas de assistência social. Nesse contexto, a proposta de lei altera o período para 1º de fevereiro a 10 de maio de 2024". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Lucas de Lima. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 018/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Marcio Fernandes (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 7. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 020/2024. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 05/2024. "Dispõe sobre a inclusão de ações de governo relacionadas à primeira infância, em programas constantes na Lei Orçamentária Anual de 2024 (LOA) e no Plano Plurianual (PPA) do estado para o período de 2024 a 2027, e dá outras providências". A Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Lidio Lopes. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Jamilson Name. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 020/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Marcio Fernandes (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).



DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 8. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 351/2023. Autor: deputado Pedro Kemp. "Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei nº 3.945/10, a Semana Estadual de Mobilização dos Homens pelo fim da Violência Contra as Mulheres - Campanha Laço Branco, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu já registrei meu voto favorável, e quero cumprimentar o deputado Pedro Kemp pela iniciativa de envolver os homens na defesa contra a violência às mulheres. Quero pedir aos deputados o Laço Branco, que eu já quero colocar no meu braço. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Registrado, nobre deputado. Em votação.

Projeto de Lei nº 351/2023, de autoria do Deputado Pedro Kemp.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Marcio Fernandes (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 9. Em discussão única e votação simbólica. Três requerimentos, sessenta indicações e três moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 10. Moções de pesar. Moção de pesar, proposta pelo deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento do senhor Antônio Sergio Facirolli. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, proposta pelo deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento da senhora Olívia Gonçalves de Almeida. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do senhor Ademir Magestic. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, proposta pelo deputado Neno Razuk, em razão do falecimento do senhor Elder Vandes de Souza. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES**



PESSOAIS. Inscritos nas Explicações Pessoais, com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Vou declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada (11h24min).